

# RESENHA



REILLY, NIAMH; SCRIVER, STACEY (ORG.).  
*RELIGION, GENDER AND THE PUBLIC SPHERE*.  
NEW YORK: ROUTLEDGE, TAYLOR & FRANCIS GROUP, 2014.

*Giovanna Paccillo dos Santos<sup>1</sup>*

O livro *Religion, gender and the Public Sphere* (2014) é resultado de um Congresso com a temática “Religião, Gênero e Direitos Humanos” organizado por Niamh Reilly, Stacey Scriver e Sara Silvestri, realizado em Galway, na Irlanda. Os autores dos artigos propõem analisar criticamente os meios já estabelecidos de pensar essa temática, e o fazem através da utilização da categoria gênero deslocada desde a periferia da análise para o centro. O livro está dividido em cinco seções. A primeira delas trata a temática da religião no contexto de migração. A segunda tem como objetivo contestar as instituições religiosas desde dentro delas. A terceira está, de certa forma, articulada por uma dimensão jurídico-legal. A quarta pretende problematizar a distinção simplista entre o religioso e o secular. E a quinta, atravessando todas as outras, aponta para questões teórico-metodológicas. Nessa resenha trabalharei com alguns artigos de cada seção, mostrando como eles se articulam com os principais temas propostos pelo livro.

A problematização do paradigma do secularismo como um discurso da modernidade é um desses temas. A tese do “choque de civilizações”, que coloca o Ocidente como racional e evoluído, e o Islã como o “outro irracional” e petrificado no tempo, aparece aqui como um modo de reafirmar o dualismo entre o secular e o religioso, posicionando os Estados democráticos do Ocidente no papel daqueles que possuem a forma ideal normativa que o Estado deve adquirir política e socialmente, colocando-se, então, como não opressivo através de seus próprios parâmetros. Para tentar combatê-la, Niamh

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro do Laboratório de Antropologia da Religião (LAR). Universidade Estadual. Contato: [paccillo98@gmail.com](mailto:paccillo98@gmail.com)

Reilly, cientista política e socióloga da Universidade Nacional da Irlanda, na introdução do livro revisita a teorização da esfera pública de Habermas, um modelo para esses estados democráticos, para problematizá-la através de vários autores: tanto através da crítica (feminista) entendida como pós-moderna (Judith Butler, Joan Scott), quanto através da teoria crítica (Nancy Fraser), articulando a categoria de gênero enquanto um fio condutor da análise.

Na primeira seção, Sawitri Saharso, socióloga da Universidade de Boelelaan, escreve sobre a decisão em relação ao tema do Aborto Seletivo pelo Sexo (SSA) na Holanda, em 1997. A discussão girava em torno da motivação para realizá-lo: se fosse religiosa, como no caso das mulheres muçulmanas, então ele deveria ser proibido, pois faria parte de uma doutrinação religiosa de um contexto cultural que privilegia homens. A autora assume uma postura crítica frente a essa posição, pois ela reifica minorias culturais não-ocidentais como coisas solidificadas, não levando em consideração a agência dessas mulheres. Saharso também critica a noção liberal de autonomia individual que teorias feministas multiculturais reivindicam a mulheres pertencentes a “outros” grupos religiosos/étnicos, se aproximando de perspectivas como a de Anne Philips e Saba Mahmood. Se por um lado, uma visão ocidental aponta para o SSA como uma política misógina, a autora aponta que não é essa a questão na maioria dos contextos culturais em que ela ocorre.

O artigo de Nira Yuval-Davis, socióloga da Universidade do Leste de Londres, se contrapõe ao texto de Saharso oferecendo uma análise sobre comunidades religiosas e seus projetos políticos de pertencimento. A autora chama atenção para o fato de que mulheres, sexualidade e relações de gênero ocupam um papel considerável em projetos de movimentos fundamentalistas. Nesses movimentos, as mulheres são construídas como aquelas que carregam e mantêm a tradição. Nesse sentido, ela se posiciona criticamente frente a análise de Mahmood (2005), questionando até que ponto pode-se construir essas mulheres como autônomas, e quais as implicações dessas “políticas de piedade”, já que através de seu próprio contexto etnográfico, mulheres judias praticantes que constituíram o movimento “born-again” acabaram virando parte de um projeto de assentamento da Palestina West

Bank, assim como parte de projetos políticos fundamentalistas judeus em Israel. Para além disso, Yuval-Davis mostra as formas de políticas feministas religiosas que se estabeleceram interseccionalmente em vários países para lutar contra os efeitos das políticas fundamentalistas religiosas localmente e globalmente, tendo como exemplos: Catholics for Choice (CFC); Women Living Under Muslim Law (MUML); e Women Against Fundamentalism (WAF). Políticas de pertencimento, segundo a autora, são necessárias desde que transversais e emancipatórias, entendendo o contexto local e, se necessário, rejeitando as políticas identitárias.

Dentro dessa perspectiva, Tina Beattie, teóloga da Universidade de Roehampton, na segunda seção, fala da questão do aborto dentro da Igreja Católica. Em seu artigo argumenta que a maioria das mulheres se identifica em maior ou menor grau com alguma religião, e tendo isso em vista, o feminismo secular e o secularismo ocidental devem admitir que são, antes de tudo, uma narrativa específica de uma tradição, e que pertencem a um contexto histórico e político particular, tendo então a responsabilidade de entrar em diálogo com as demais narrativas de outros contextos e outras tradições existentes. Dito isso, apesar dos extensos debates do que viria a ser uma “mulher”, o “corpo maternal” – a capacidade de gerar uma vida em si – aparece como uma lacuna nos conceitos de identidade e alteridade, ocupando uma posição ambígua entre natureza e cultura, conformando-se assim, no lugar específico de disputa entre a religião e os direitos das mulheres na questão do aborto. Apesar disso, a autora frisa que o catolicismo é plural, fato ignorado por algumas campanhas seculares, fazendo com que o catolicismo apareça quase que como uma caricatura, e suas mulheres como oprimidas e sem voz dentro da religião.

Na mesma seção, Nikky-Guninder Kaur Singh, professora teóloga do Colby College, em Maine, nos oferece uma perspectiva feminista das escrituras Sikh, o Guru Granth (GG). Em um primeiro movimento a autora contextualiza a difícil situação das mulheres Sikh principalmente após os ataques de 11 de setembro. Notando que esta comunidade já estava começando a perceber essa situação e se organizar em direção à igualdade

de gênero, Nikky Singh aponta para as próprias escrituras sagradas Sikh como um espaço de questionamento e transformação dessa realidade. Nesse artigo, Nikky Singh pretende contestar principalmente quatro arenas: o imaginário teológico; o *embodiment* espiritual; a construção da identidade Sikh; e a agência performativa. Na primeira arena o objetivo é problematizar algumas pressuposições masculinas na percepção do Divino que, segundo ela, foram moldadas por tradutores e estudiosos das escrituras sagradas. Na segunda, a ideia é reverter as implicações de pensar o dualismo mente-corpo. No caso Sikh, essa divisão teria acarretado na visão da figura do homem como antitética à figura da mulher, colocando-os em patamares espirituais diferentes. Na terceira arena, a autora relembra os 5 Ks da tradição Sikh como símbolos identitários e religiosos que são usados tanto por homens como por mulheres, e contesta o fato de serem interpretados por uma lente masculinista. Na quarta e última arena, a ideia é problematizar o fato de as mulheres não poderem liderar as rezas e adorações em público ainda que façam isso em suas próprias casas.

Em um outro eixo de debate, a terceira seção nos oferece uma perspectiva jurídico-legal das questões envolvendo o religioso na esfera pública. Titia Loenen, professora de Direitos Humanos e diversidade na Universidade de Leiden, analisa a teoria da margem de apreciação em dois casos específicos: em 2005, na decisão *Sahin v. Turkey*, no qual a Corte europeia de Direitos Humanos decidiu que a Turquia estava livre para proibir o uso do véu nas universidades do país porque seria necessário para salvaguardar os princípios de neutralidade e igualdade de gênero; e em 2009, quando a Corte também decidiu que a França poderia expulsar pupilos Sikh e Muçulmanos das escolas públicas caso eles se recusassem a tirar seus turbantes ou véus ao entrarem na escola. Nesse artigo ela discute as implicações de se deixar autoridades nacionais com uma vasta margem de apreciação na regulamentação das vestimentas e símbolos religiosos na esfera pública.

Esra Demir Gursel, professora de Direito na Universidade Livre de Berlim, em congruência com Titia Loenen, fala da regulação dos corpos femininos na jurisprudência da Corte de Direitos Humanos. Para a autora,

ao garantir aos Estados nacionais sua soberania – dando-lhes o poder de decisão –, a Corte acaba por confirmar o imaginário desses Estados-Nação, através dos quais os corpos das mulheres são vistos como um lugar legítimo de manutenção e consolidação da soberania nacional. A autora faz uso de estudos sobre laicidade na França para mostrar que, a respeito da controvérsia do uso do véu, antes de problemas como desigualdade de gênero ou intolerância religiosa, são os interesses nacionalistas franceses de manter a identidade nacional francesa que estão em questão. O banimento do uso do véu é um meio que serviria para fortalecer e unir os franceses, que representam os valores do Iluminismo em oposição ao “muçulmano outro”. A autora também recorre ao caso irlandês, no qual as narrativas fundantes do Estado com suas tradições católicas, acabaram por definir as mulheres irlandesas através de suas funções sexuais e reprodutivas à serviço do estado-nação, culminando na criminalização do aborto no país.

Na seção quatro, problematizando a distinção simplificada que é feita entre o secular e o religioso, Breda Gray, socióloga da Universidade de Limerick, oferece mais um exemplo do caso Irlandês, mas por outro aspecto: ela analisa a República da Irlanda, onde a Igreja Católica desempenha um papel fundamental na recepção e integração de imigrantes, e defende, juntamente a Mahmood (2009), que o secularismo e a religião são interdependentes e necessariamente relacionados em suas transformações e emergência histórica, uma vez que se realoca a religião dentro de um projeto de governo, realoca-se também o secular.

Por fim, a seção cinco perpassa as sessões anteriores e chama atenção para a importância de enxergar a religião como um agente político. Goldenberg e Brecke argumentam por uma nova conceitualização do secular e do religioso. Vesna Malsevic propõe o termo neo-secular para análises em pesquisas sobre religião: o neo-secularismo estaria menos ligado à ascensão ou declínio da religião na esfera pública, e mais centrado nas variações, em entender a mudança contínua do controle que a religião exerce em diversas esferas ao longo do tempo.

Em seu artigo, Naomi Goldenberg, professora do departamento de Estudos da Religião na Universidade de Ottawa, discorre sobre o DORA – organização que protege membros de cargos religiosos de acusações de crimes de ódio no Canadá –, e como ele pode levar pessoas que cometeram o mesmo discurso de ódio a serem punidas de formas diferentes baseadas na distinção do discurso entre secular-religioso. Para ela, isso configura um exemplo de como enxerga-se apoliticamente a religião. Discursos despolitizados movem as relações humanas para fora da estrutura social e são, portanto, discursos que estão fora das teias humanas de poder e de consequência. Revisitando debates feministas a respeito da desconstrução do sexo, do masculino e do feminino, Goldenberg sugere que, a menos que as noções de religião e sexo sejam desconstruídas juntas, seus vocabulários acabariam reforçando noções complacentes de cada categoria.

A importância desse volume reside em sua atualidade. Os artigos presentes nessa edição chamam atenção para a disputa e a (re)negociação de interesses provenientes não de uma entidade localizada, mas de múltiplos agentes enredados nessa teia de relações, costurada pelo gênero enquanto categoria de análise. Vários dos artigos presentes nessa edição tentam estabelecer um diálogo com a produção de Saba Mahmood, que já vem há algum tempo chamando atenção para os perigos de se olhar para “o outro” através das lentes do Ocidente. Yuval-Davis e Goldenberg fazem suas ressalvas no sentido das implicações de se adotar uma postura tão “empática” em relação aos grupos de mulheres que se organizam, mas que tem uma pertença religiosa considerada conservadora. Sem escolher “um lado” do debate, os autores buscam complexificar as análises anteriores oferecendo exemplos de controvérsias atuais em torno dos temas religião, gênero, e esfera pública.

## REFERÊNCIAS

MAHMOOD, Saba. *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton: Princeton University Press, 2005.



\_\_\_\_\_. Religious Reason and Secular Affect. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 35, p. 836-862, 2009.

REILLY, Niamh; SCRIVER, Stacey (Org.). *Religion, Gender and the Public Sphere*. New York: Routledge, 2014.

Recebido em: 10/03/2018

Aprovado em: 16/06/2018